



DIREITOS DA PACIENTE GESTANTE E O PARTO SEGURO E RESPEITOSO

Todas as pacientes gestantes têm direitos relacionados ao seu parto. Esses direitos devem ser respeitados por todos os profissionais envolvidos no cuidado materno.



Direitos da paciente relacionados ao parto respeitoso e seguro

Práticas caracterizadoras da violação dos direitos da paciente gestante

Direito de ser informada

Negação de informação sobre sua saúde e tratamentos aplicáveis, evolução de seu parto e estado de saúde de seu filho, bem como sobre diferentes intervenções médico-hospitalares que podem ocorrer durante esses processos.

Direito de participar da tomada de decisão

Desconsideração de sua vontade e preferências e sua não inclusão nas decisões tomadas sobre seu cuidado, particularmente, acerca das circunstâncias em que o parto deve ocorrer, considerando local, posição do parto, uso de intervenções e equipe de assistência.

Direito ao consentimento informado

Intervenções sem a obtenção do consentimento prévio da mulher, como a prática de cesárea, quando houver condições de parto normal.

Direito de não ser submetida a tratamento desumano e degradante

Indiferença à dor e humilhações verbais. Falta de acesso a condições básicas de higiene, água potável e ao espaçamento mínimo entre os leitos. Negação do alívio da dor, salvo quando haja motivação baseada em evidência científica para evitá-lo.



Direitos da paciente relacionados ao parto respeitoso e seguro

Práticas caracterizadoras da violação dos direitos da paciente gestante

Direito ao acompanhante

Proibição de contar com uma pessoa, de sua livre escolha, que a acompanhe durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato.

Direito à integridade pessoal

Formas de violência corporal e práticas invasivas, sem justificativa baseada em evidências científicas

Direito à confidencialidade de suas informações pessoais

Informações pessoais sobre a paciente expostas para profissionais que não fazem parte do seu cuidado. Negativa de assegurar à paciente adolescente parturiente a confidencialidade de sua consulta e informações.

Direito à recusa de tratamentos e procedimentos

Intervenções forçadas ou coagidas, como a prática de cesárea, quando houver condições de parto normal e a negativa da paciente.

Direito de não ser discriminada

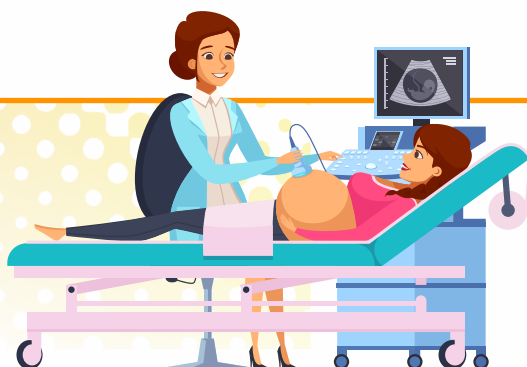
Discriminação baseada em fatores pessoais específicos da paciente gestante.

Direito à vida

Não adoção por parte do Estado de medidas destinadas à redução da mortalidade materna.

Direito à segunda opinião

Negação da continuidade do cuidado ou ameaça em caso de manifestação de desejo de obter uma segunda opinião sobre o parto e outros assuntos.



Direitos da paciente relacionados ao parto respeitoso e seguro

Práticas caracterizadoras da violação dos direitos da paciente gestante

Direito de acesso ao prontuário

Negação de acesso a seu prontuário.

Direito de apresentar uma queixa e à reparação

Inexistência nos serviços de saúde de Ombudsman e similares que recebam, analisem e respondam às denúncias das mulheres, incluindo a adoção de medidas de reparação de danos.

Direito a cuidado em saúde de qualidade

Escassez ou ausência de profissionais de saúde qualificados para a prestação de cuidados de emergência obstétrica. Cuidados não adequados pela ausência de insumos de saúde e pela falta de água potável e eletricidade. Indicação de parto cesárea sem evidências de que lhe seja o mais adequado.



Autoria: Aline Albuquerque
Diretora Executiva do IBDPAC

Aliança para o Parto Seguro e Respeitoso

IBDPAC
Instituto Brasileiro de Direito do Paciente